



22 de Abril de 2013

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

**A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico
e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira**



REUTERS BRASIL

MINERADORAS OBTÊM 52 LIMINARES CONTRA CONGELAMENTO DE LICENÇAS

O congelamento de licenças exploratórias pelo governo no setor de mineração já provoca uma guerra judicial com 52 liminares a favor das empresas, afirmam representantes de uma entidade que representa companhias do setor.

Dezenas de milhares de projetos de pesquisa encontram-se engavetados porque o governo decidiu interromper, no final de 2011, a concessão de alvarás, com o objetivo de aguardar o novo marco de mineração e evitar especulação com títulos minerários.

A Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM) contabiliza 68 ações das empresas contra a interrupção de alvarás de pesquisa, disseram à Reuters dois integrantes da entidade que representa as empresas.

A maioria das liminares concede às empresas o direito de receber explicações do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) sobre o motivo da interrupção dos alvarás requeridos, mostrou o levantamento realizado com base em dados de tribunais de Justiça de todo o país.

Quatro decisões obrigam o DNPM a conceder licenciamento para pesquisa e 15 determinam que o órgão estude novamente os pedidos. Outras sete ações tiveram pedidos indeferidos e cinco ainda não foram julgadas, segundo o levantamento. Nomes de empresas não foram revelados pela entidade.

O DNPM, responsável por conceder as licenças de pesquisa, não comentou as informações ao ser procurado pela Reuters. Mas o Ministério de Minas e Energia (MME), ao qual está ligado, informou por meio de sua assessoria de imprensa que o órgão vai recorrer.

Pelo menos 120 projetos de mineração prontos e licenciados por órgãos ambientais aguardam apenas outorga do governo para entrar em operação.

"Estamos preocupados com o futuro dessas áreas e da pesquisa mineral no Brasil. Por que este congelamento por tanto tempo?", questionou o ABPM, Elmer Prata.

Uma das motivações da presidente Dilma Rousseff para determinar a paralisação dos licenciamentos, segundo fontes do setor, teria sido o descontentamento sobre a forma atual de concessão, pela qual o único critério das empresas para conseguir licenças de mineração é chegar primeiro no Departamento Nacional de Produção Mineral.

A indústria se reuniu na semana passada para formalizar uma comissão jurídica que lute contra a paralisação das outorgas e alvarás de pesquisa no Congresso Nacional.

A Votorantim Metais, empresa do conglomerado do empresário Antônio Ermírio de Moraes, passou a comprar bauxita de terceiros para manter sua produção de alumínio. Sem licença de lavra, a empresa enfrenta dificuldades para produzir a matéria-prima do alumínio na unidade de produção de Poços de Caldas, em Minas Gerais, segundo noticiou a Reuters.

Fonte: Reuters Brasil

Data: 17/04/2013

CORREIO BRAZILIENSE

INVESTIMENTOS CONGELADOS

Indefinições sobre as novas regras do setor de mineração mantêm suspensos desembolsos de R\$ 20 bilhões na extração e no beneficiamento de produtos essenciais à economia, como minério de ferro e bauxita. País perde mercado externo

O congelamento de investimentos bilionários da indústria da mineração no Brasil é só uma das faces da maior crise institucional que o setor enfrenta em 317 anos de atividade. Depois de perder para a Austrália o posto de maior exportador mundial de minério de ferro, o país viu sua participação no mercado global retroceder a 12,5% do volume da matéria-prima extraída no planeta em 2012, mesmo nível de meados da década de 1970, mostrando queda de 7,5 pontos percentuais desde 2000, segundo estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). A perda de competitividade ficou evidente também no ouro, segmento em que as reservas brasileiras responderam por apenas 2,55% da produção no ano passado, ante 4,15% no começo dos anos 80.

O Brasil também perdeu terreno para alguns de seus concorrentes na extração de outras 10 substâncias minerais valorizadas no mercado internacional, de acordo com levantamento, entregue pelo presidente do instituto, José Fernando Coura, quase na forma de apelo, à ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Os dados são do próprio IBRAM, do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), do serviço geológico americano (USGS) e da consultoria Globe Metals & Mining.

O mau desempenho da mineração brasileira, de acordo com Fernando Coura, reflete os principais obstáculos que o setor está enfrentando em decorrência da suspensão, há um ano e cinco meses, de autorizações de pesquisa mineral, alvarás, concessões e transferências de direitos minerários; dos seguidos adiamentos, que completam quatro anos, da proposição ao Congresso Nacional do novo marco regulatório no país; e das exigências da legislação ambiental.

“Rico em recursos minerais e com tecnologia avançada na área, o Brasil está deixando de ser um player global da mineração”, critica o presidente do IBRAM. Entre 2007 e o ano passado, a Austrália ampliou suas exportações de ferro em 227 milhões de toneladas, enquanto o Brasil não avançou além de um quarto desse volume. Sem explicações para a suspensão de alvarás e outorgas, as empresas entendem que a decisão está ligada ao debate complicado do novo marco regulatório do setor. Como os projetos de lei em análises na Casa Civil propõem grandes mudanças no atual Código de Mineração, nos procedimentos e nas modalidades de outorga, teria havido recomendação jurídica para que a emissão dos documentos fosse suspensa, de modo a evitar a liberação de pedidos que podem não se enquadrar nas novas normas.

As empresas alertam, contudo, que as indefinições começam a comprometer investimentos e geração de empregos. Aportes no valor de R\$ 20 bilhões estariam congelados. Estimativa do Ibram, com base em dados do DNPM, indica que mais de 5,5 mil requerimentos de pesquisa estão prontos

para a outorga do respectivo direito minerário, mas repousam sobre a mesa do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Esse universo já integrava, em junho do ano passado, cerca de 30 mil processos apresentados na sede do órgão em Brasília e nas 25 superintendências, sendo a maioria relativa a áreas localizadas em Minas Gerais. Naquela data, 55 processos de concessão de lavra aguardavam outorga, muitos, inclusive, com licença ambiental expedida.

Medida irracional

São os casos de pelo menos oito empresas com projetos de exploração, em Minas Gerais, de minério de ferro, ouro, bauxita, argila e manganês. O estado detém um terço da produção mineral brasileira. “A suspensão é uma medida irracional, traz consequências ruins num momento em que o Brasil está crescendo pouco e afeta toda a cadeia produtiva demandada pelos projetos da mineração, como a fabricação de máquinas, veículos e eletroeletrônicos, além da construção civil”, afirma o presidente do IBRAM.

A posição das mineradoras sobre as mudanças no marco regulatório foi recentemente confirmada ao governo federal. Fernando Coura diz que o setor já aceita a elevação das alíquotas dos royalties (a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem), que os municípios querem dobrar para o minério de ferro, desde que haja definição clara sobre o uso desses recursos. O IBRAM concorda também com a instituição de uma agência reguladora, mas espera que se respeitem os contratos existentes.

O ponto central de discordância está numa eventual criação de uma participação especial nos resultados do setor, à semelhança da legislação sobre a exploração de petróleo, que determina às petroleiras o pagamento de uma compensação à União em campos de grande rentabilidade. “A nossa expectativa é que o novo marco regulatório traga segurança jurídica às empresas e atratividade aos investidores. A participação especial seria um tiro no pé”, afirma Fernando Coura. Estudo concluído pelo IBRAM há 15 dias destaca que esse instrumento de compensação não existe nas legislações minerais de 36 países com expressiva produção no mundo. O IBRAM anunciou investimentos previstos, no Brasil, de US\$ 75 bilhões até 2016, sendo 40% em Minas Gerais.

Fonte: Correio Braziliense

Data: 19/04/2013



SEM LICENÇA, VOTORANTIM RECORRE A TERCEIROS PARA PRODUZIR ALUMÍNIO

A Votorantim Metais, empresa do conglomerado do empresário Antônio Ermírio de Moraes, passou a comprar bauxita de terceiros para manter sua produção de alumínio em meio à interrupção de outorgas de lavra pelo governo, informou a companhia.

Sem licença de lavra, a empresa enfrenta dificuldades para produzir a matéria-prima do alumínio na unidade de produção de Poços de Caldas, em Minas Gerais, afirmou um representante da companhia, ao ser procurado pela Reuters. Ele pediu para não ser identificado.

O governo brasileiro mantém congelada há mais de um ano a emissão de outorgas de pesquisa e de lavra para aguardar as novas regras do novo marco regulatório do setor.

Diante das dificuldades para produzir o próprio insumo, a alternativa para prosseguir com as atividades na unidade de bauxita foi adquirir o insumo de produtores de vizinhos, disse um representante do sindicato de trabalhadores da região, preferindo ficar no anonimato.

A maior produtora de alumínio do Brasil possui quatro unidades de produção. Em Poços de Caldas, Miraf e Itamarati de Minas, a Votorantim possui minas de bauxita e unidades de beneficiamento desta matéria-prima.

A bauxita das três unidades é destinada à fábrica da Votorantim Metais no município de Alumínio, em São Paulo, com capacidade para produzir 475 mil toneladas anuais de alumínio.

No caso da unidade de bauxita da Votorantim em Poços de Caldas, a exaustão da mina levou à necessidade de exploração em nova área onde a Votorantim não possui ainda a licença de lavra.

Os projetos de mineração no Brasil que aguardam autorização para iniciar a produção chegam a cerca de 120.

Tratam-se de projetos que já possuem licenciamento ambiental e que estão parados somente por falta de outorga de lavra.

A Votorantim Metais é também uma das cinco maiores produtoras mundiais de zinco e a maior fabricante de níquel eletrolítico da América Latina. Um dos planos de crescimento da empresa era justamente a produção de bauxita.

Para o período entre 2011 e 2013, a projeção de investimentos da Votorantim era de investir 15 bilhões de reais na ampliação de suas operações, sendo que a divisão de metais deveria ficar com 6,5 bilhões de reais.

Fonte: Reuters Brasil

Data: 10/04/2013



LARGO RESOURCE ELEVA RETORNO DO PROJETO DE VANÁDIO NA BA

A seis meses do início de sua operação de extração de vanádio em Maracás, na Bahia, a companhia canadense Largo Resource revisou sua estimativa de retorno do investimento feito no projeto. A princípio, o investimento de US\$ 275 milhões para colocar a mina em produção traria uma taxa interna de retorno (TIR) de 26,3%. No entanto, a melhora das projeções para o preço do vanádio poderá permitir que a companhia obtenha uma taxa de até 40%, segundo Nilson Luciano Chaves, diretor financeiro da Largo. Em geral, um retorno razoável para projetos de mineração é de 15%, segundo especialistas.

A estimativa do mercado para o preço do vanádio subiu recentemente após o governo chinês ter elevado a exigência do metal em ligas usadas na construção civil. "Após os danos causados pelos terremotos que atingiram o país nos últimos anos, o governo chinês identificou a necessidade de elevar o teor de vanádio nas ligas", diz Chaves. A exigência passa de 0,023% de vanádio para 0,05%. O valor ainda é inferior ao exigido nos Estados Unidos, de 0,8%, mas o aumento é rapidamente embutido nas projeções de preços, pois a China é o maior consumidor global de metais para construção.

O vanádio, cujo preço é estabelecido diretamente pelas empresas, custa atualmente cerca de US\$ 6,8 por libra peso. As estimativas do mercado apontam para US\$ 10,6 em 2014 e de US\$ 11,9 em 2015, valor que leva ao cálculo da TIR de 40%, segundo Chaves. O custo de produção do pentóxido de vanádio do projeto de Maracás é de US\$ 2,10 por libra-peso, diz o executivo.

Em relatório, analistas da consultoria Roskill dizem que o aumento do consumo chinês afetará o equilíbrio entre a oferta e a demanda do metal já a partir de 2013, o que deverá impulsionar os preços. No entanto, ressalva que além da exploração na Bahia, há outros projetos novos no mundo, o que poderá ser um risco para a projeção de aumento expressivo dos preços. Entre eles está a mina de Windimurra, da empresa Atlantic, na Austrália, que entrou em operação em 2012 e deverá atingir capacidade para produzir 6,3 mil toneladas de vanádio contido ao ano ainda este ano.

Neste momento, o projeto da Vanádio Maracás, subsidiária da Largo Resources e dona da operação, está 70% construído, e a estimativa da companhia é de começar a produzir no último

trimestre deste ano. Em 2014, a companhia pretende chegar a um volume de 9,6 mil toneladas por ano de pentóxido de vanádio, sendo cerca de 5,5 mil toneladas de vanádio contido.

Além do uso nas ligas de aço, o vanádio - metal altamente resistente a choques e à corrosão - é usado nas indústrias bélica, aeronáutica, aeroespacial, na produção de aço inoxidável para instrumentos cirúrgicos e ferramentas. A Vanádio de Maracás é a primeira empresa a explorar o metal em solo brasileiro.

No exterior, as maiores reservas do metal estão concentradas na África do Sul, na China e na Rússia, que abastecem o mercado mundial com 97,5% do total produzido, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Em 2011, o Brasil importou 1,2 mil toneladas de liga ferro-vanádio, no valor de US\$ 24,9 milhões, ainda segundo o DNPM.

Fonte: Valor Econômico

Data: 16/04/2013



PREÇO DO OURO ATINGE MAIOR BAIXA EM DOIS ANOS

Valor do precioso metal caiu 5% nesta sexta-feira, passando a US\$ 1,384.69 a onça

O preço do ouro despencou 5% nesta segunda-feira, 15, atingindo o valor de US\$ 1,384.69 a onça, uma baixa recorde em dois anos.

Prenúncios da queda do ouro vinham ganhando força há vários meses, fazendo investidores questionarem se o mercado do precioso metal irá continuar sua escalada de mais de uma década. O preço do ouro já caiu 26% desde que atingiu uma alta recorde de US\$ 1,920 a onça em setembro de 2001.

O pessimismo quanto ao preço do metal se agravou na semana passada com a notícia de que Chipre passaria a vender ouro como parte de seu pacote de resgate. Embora a quantidade de ouro envolvida – cerca de dez toneladas – seja pequena no contexto do mercado global, comerciantes de ouro encararam a medida como um precedente perigoso que pode ser seguido por outros países da zona do euro com reservas de ouro muito maiores, como Portugal e Itália, por exemplo.

Fonte: Opinião & Notícia

Data: 15/04/2013



PIB CHINÊS DERRUBA COTAÇÕES DOS METAIS

O resultado do crescimento da economia chinesa no primeiro trimestre deste ano exerceu forte pressão sobre os preços dos metais ontem. O PIB subiu 7,7%, mas ficou abaixo da previsão de analistas, que esperavam alta acima de 8%. O contrato de três meses de cobre, que é o mais líquido, terminou em queda de 5,2% a sessão oficial de negociação na bolsa de Londres (LME), para US\$ 7.155,50 por tonelada. Foi a queda diária mais expressiva em quase 18 meses, desde 20 outubro de 2011 (baixa de 5,43%). O preço é o mais baixo desde 21 de outubro do mesmo ano (US\$ 7.085) e a queda acumulada no ano já atinge 9,8%.

O contrato de mesmo vencimento do estanho teve baixa ainda mais forte, de 7,2%, maior queda desde 22 de setembro de 2011 (quando caiu 11,67%). As perdas também foram significativas para alumínio (1,9%), níquel (2,9%), chumbo (3%) e zinco (1,5%).

A forte pressão vendedora na LME foi provocada principalmente pela decepção com o Produto Interno Bruto (PIB), mas a produção industrial chinesa também decepcionou. Esperava-se alta de 10,1% em março na comparação com o mesmo mês do ano passado, mas o crescimento foi menor, de 8,9%. O impacto dos números nos preços na LME foi forte pois a China é a maior consumidora global de metais não ferrosos, com cerca de 40% do consumo mundial.

Neste ano, os preços dos metais já vinham em queda por causa da demanda física fraca, do aumento dos estoques e de incertezas sobre a recuperação econômica global, o que coloca dúvidas sobre uma aceleração do consumo das commodities.

Para o analista Leon Westgate, do Standard Bank, os últimos dados da China reforçam suas expectativas de que a demanda global por metais poderá demorar um pouco para melhorar. "No geral, o ritmo de recuperação da economia chinesa tem sido mais fraco, o que é consistente com nossa visão de que qualquer reposição de estoques de empresas será adiada para depois do segundo trimestre deste ano."

Fora da China, permanecem preocupações em torno da força do crescimento do setor de construção nos Estados Unidos, segundo maior consumidor global de metais, com aproximadamente 10% da demanda.

Para William Adams, da FastMarkets.com, os investidores podem estar exagerando nas vendas de metais na bolsa de Londres, o que está levando os preços para perto das curvas de custos. Na visão dele, isso pode levar as companhias a fazer ajustes na oferta.

O petróleo também refletiu o pessimismo do mercado. Em Londres, o Brent fechou no menor nível desde julho de 2012, cotado a US\$ 100,39, queda de US\$ 2,72 (2,63%). Em Nova York, o barril do WTI perdeu US\$ 2,58 (2,8%), cotado a US\$ 88,71, menor valor desde dezembro do ano passado.

Autor(a): Olivia Alonso

Fonte: Valor Econômico

Data: 16/04/2013



PHOTOSAT COMPLETES MAPPING OF NOVA COPPER'S UPPER KOBUK PROJECT IN ALASKA

PhotoSat is pleased to announce that it has completed satellite topography mapping of Nova Copper's Upper Kobuk Mineral Project (UKMP) in northwestern Alaska, using stereo satellite photos from the WorldView-2 high-resolution imaging satellite. The WorldView-2 satellite is owned by Digital Globe of Longmont, Colorado, a leading global provider of commercial high-resolution earth imagery products. The satellite topography map consists of a topographic elevation point every metre and contours with 1 metre elevation intervals. Based on comparisons between the stereo satellite elevation mapping and thousands of ground survey points on similar projects, the accuracy of the stereo satellite elevation mapping for areas of bare ground is expected to be better than 50



centimetres. The stereo satellite topographic mapping and precision satellite ortho photos will be used for project geology, planning and engineering studies.

“We are delighted to have the opportunity to apply cutting-edge satellite topographic mapping technology to advance Nova Copper’s Upper Kobuk Projects in Alaska. This project appears to have the potential to become a major base metals mining district. This project should provide significant economic benefits to Nova Copper’s shareholders as well as to the people of Alaska,” says PhotoSat president Gerry Mitchell.

About PhotoSat

PhotoSat is a team of geophysicists and associated geoscientists specializing in the computer processing of high definition elevation data from stereo satellite photos. These detailed topographic maps are used for the identification, evaluation, and monitoring of natural resources and the planning and design of resource development projects and their related facilities and infrastructure. Our goal is to provide satellite photos and derived highly accurate elevation and other datasets that enable decision makers in the resource industries to make better decisions in less time. Our principal clients are mining, oil and gas, engineering and environmental companies and government agencies.

About Nova Copper

Nova Copper Inc. is a base metals exploration company focused on exploring and developing the Ambler mining district in Alaska. It is one of the richest and most prospective known copper-dominant districts located in one of the safest geopolitical jurisdictions in the world. It hosts world-class VMS deposits that contain copper, zinc, lead, gold and silver, and carbonate replacement deposits which have been found to host high-grade copper mineralization. Exploration efforts have been focused on two deposits in the Ambler district – the Arctic VMS deposit with ~7% copper-equivalent grades and the Bornite carbonate replacement deposit which contains Indicated Resources of 179 million lbs of copper and Inferred Resources of 3.3 billion lbs of copper at the Ruby Creek and South Reef zones. Both projects are located within Nova Copper’s land package that spans approximately 143,000 hectares. Nova Copper has formed a partnership with NANA Regional Corporation, Inc. (NANA), an Alaskan Native Corporation that provides a framework for the exploration and potential development of the Ambler Mining District in cooperation with the local communities. Their vision is to develop the Ambler mining district into a premier North American copper producer.

Fonte: Mining.com

Data: 10/04/2013



MMX REVISIA O PLANO DE NEGÓCIOS

A MMX, empresa de mineração do grupo EBX, está revisando seu plano de negócios para reduzir o risco de execução financeira do projeto de expansão de Serra Azul, no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. O objetivo é preservar o caixa da companhia, hoje de R\$ 1,2 bilhão, até que seja emitida a licença ambiental da barragem de rejeitos do projeto. Orçado em R\$ 4,8 bilhões, Serra Azul

obteve a licença para a usina de beneficiamento de minério, mas ainda falta o sinal verde do órgão ambiental de Minas para a instalação da barragem.

A revisão deve estender o cronograma da expansão de Serra Azul para além de 2015. "A questão principal hoje não é tanto de cronograma, mas sim de preservação do caixa enquanto a licença [ambiental] não sai", disse ao Valor o presidente da MMX, Carlos Gonzalez. A MMX tem expectativa de que a licença seja emitida até a agosto, o que poderá coincidir com a aprovação de financiamento de R\$ 3 bilhões solicitado pela empresa ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O empréstimo do banco, cuja aprovação é esperada para o segundo semestre, vai ajudar a compor o investimento de Serra Azul.

Até agora, a MMX vem trabalhando com a previsão de produzir 29 milhões de toneladas de minério de ferro em Serra Azul no primeiro semestre de 2015, o que representa quase cinco vezes a produção de 6 milhões de toneladas obtida pela empresa em seu sistema Sudeste, em 2012. Gonzalez disse que a empresa está revisitando os números que compõem a produção de 29 milhões de toneladas. O trabalho inclui análises como produtividade, disponibilidade física de equipamentos e recuperação em massa. Ao fim do trabalho, pode ocorrer que o número do projeto de expansão mude para 28 milhões de toneladas, previu o executivo.

O volume de 29 milhões considera a expansão da lavra nas antigas minas AVG e Minerminas, que compõem o sistema Sudeste da MMX. O volume não inclui o projeto de Pau de Vinho, arrendado pela MMX da Usiminas. O porto Sudeste, em fase final de construção pela mineradora em Itaguaí, na região metropolitana do Rio, está fora dessa revisão do plano de negócios. A previsão é começar a operação do porto em dezembro de 2013 com capacidade de 12,5 milhões de toneladas. Esse volume será gradativamente ampliado até chegar a 50 milhões de toneladas em 2016.

Gonzalez negou que a revisão do plano de negócios signifique que o projeto de Serra Azul está entrando em compasso de espera. O mercado considera, porém, que os gastos do projeto ainda são muitos baixos. A avaliação é que ainda há muitas incertezas em relação à MMX. "O desafio para o investidor é quantificar o valor da empresa considerando a data de início da expansão de Serra Azul, o investimento e o escopo do projeto", disse Marcelo Aguiar, analista de mineração do Goldman Sachs. O banco trabalha com o início da operação do projeto em 2015 em escala crescente de produção que atingiria 100% da capacidade em 2017.

Os atrasos no projeto de expansão de Serra Azul não têm sido bem-vistos pelo mercado pois, como diz Aguiar, a MMX está se alavancando em um momento em que as projeções de preço para o minério de ferro são de queda nos próximos anos. E, nesse cenário, a empresa conseguiria realizar um caixa menor. É preciso considerar ainda o fato de que há novos projetos de minério de ferro previstos para entrar em operação a custos menores, caso de Vale, BHP Billiton e Rio Tinto, disse o analista do Goldman Sachs.

Esse ambiente tem se refletido nas ações da empresa. Ontem a ação da MMX caiu 9,41% e, em doze meses, acumulou perda de 79,61%. Gonzalez entende que o papel da MMX tem sido penalizado não só pelas dificuldades do grupo EBX. Afirma que, por ser listada no Brasil, a ação da empresa sofre com as incertezas criadas pelas discussões do novo marco regulatório da mineração.

Para o executivo, a companhia está com sua situação financeira confortável depois de ter concluído um aumento de capital em que recebeu aporte de R\$ 1,36 bilhão, sendo 82% desse total feito pelo controlador.

O R\$ 1,2 bilhão em caixa mais o financiamento de R\$ 3 bilhões esperado do BNDES vão compor o investimento necessário para Serra Azul. Ricardo Assef, diretor financeiro da MMX, disse que haverá também complementação de recursos para o projeto com créditos que poderão ser concedidos por agências multilaterais da China, Coreia e Europa.

O executivo mostrou-se tranquilo em relação ao endividamento da MMX, cuja dívida bruta total era de R\$ 3,11 bilhões em dezembro de 2012. Desse total, R\$ 1,29 bilhão vence em 2013, mas, de acordo com Assef, os vencimentos estão mais concentrados no fim do ano. "Uma parte, de R\$ 300 milhões, referente a uma nota promissória do Bradesco, está equacionada." Esse título será quitado e

substituído por financiamento de longo prazo do BNDES aprovado para o porto Sudeste, o que deve ocorrer em maio. O Sudeste tem R\$ 930 milhões de empréstimos a receber do BNDES, informa a MMX.

Autor(a): Francisco Góes

Fonte: Valor Econômico

Data: 16/04/2013

ECONÔMICO
Valor

OURO REGISTRA A MAIS FORTE DEPRECIAÇÃO EM TRÊS DÉCADAS

O ouro recuou para menos de US\$ 1.400 a onça-troy em Nova York, na maior queda em três décadas, após adentrar um "bear market" (fase de baixa do mercado) na semana passada, com a crença dos investidores de que a recuperação dos Estados Unidos reduzirá a necessidade de estímulos econômicos e em meio à diminuição da demanda por proteção de riqueza. Os preços da prata, da platina e do paládio também terminaram o pregão de ontem em queda.

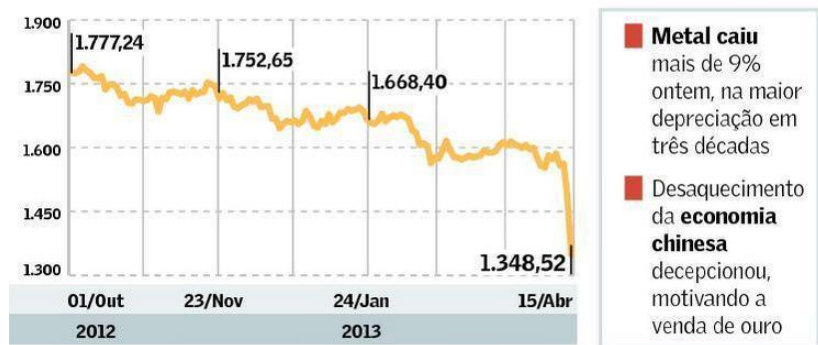
A piora nos dados econômicos da China ampliou o pessimismo dos agentes e desencadearam um movimento maciço de vendas. Desde quinta-feira, os preços do ouro já recuaram mais de US\$ 200.

Os contratos futuros de ouro com prazo em junho, os mais negociados na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), recuaram 9,3% ontem, para US\$ 1.361,10 a onça-troy, na maior queda percentual desde fevereiro de 1983. Além disso, houve o maior recuo em dólares desde janeiro de 1980. O volume negociado no mercado futuro de ouro atingiu nível recorde e ficou acima de 590 mil contratos. Os preços chegaram a bater em US\$ 1.356,60, o mais baixo patamar desde fevereiro de 2011.

O preço do ouro poderá cair para US\$ 1.310 até o fim deste semestre, segundo Sterling Smith, um especialista em futuros de commodities da Citigroup Global Markets, em Chicago.

Ouro derrete em Nova York

Cotação em US\$/onça troy



Fonte: CMA. Elaboração: Valor Data

"Alguns dos principais pilares da fase de alta do mercado do ouro parecem estar sofrendo uma fadiga", disse Peter Richardson, um analista do Morgan Stanley. "O mercado do ouro provavelmente começou a embutir nos preços a possibilidade de os membros problemáticos da zona do euro serem forçados a vender ouro para levantar parte dos recursos de que precisam e há detentores muito maiores neste ponto do que o Chipre."

Uma avaliação sobre a dívida do Chipre divulgada em 9 de abril pela Comissão Europeia diz que o país se comprometeu em vender aproximadamente € 400 milhões (ou US\$ 525 milhões) do "excesso" de reservas de ouro. Em resposta à divulgação, o BC do Chipre disse que não considera fazer uma venda. O país tem 13,9 toneladas métricas de ouro, segundo o Conselho Mundial do Ouro, avaliadas em US\$ 622 milhões.

O movimento de venda observado ontem se intensificou após o governo da China informar que o Produto Interno Bruto (PIB) do país avançou 7,7% no primeiro trimestre. A expectativa era de

alta de 8%. O resultado dos dados reacendeu os temores de que a China e a Índia, os dois maiores compradores mundiais do metal, podem diminuir suas aquisições.

Nesse cenário negativo para o ouro, as posições do SPDR Gold Trust, o maior fundo negociado em bolsa de valores focado no metal precioso está em seus menores níveis em quase três anos. E os fundos de hedge reduziram em 72% suas apostas em preços mais altos para o metal desde a metade de outubro.

O ouro caiu pelo 12º ano consecutivo em 2012, depois que várias nações prometeram mais estímulos ao crescimento econômico. Os preços do metal acumulam queda de aproximadamente 18% somente neste ano e para isso está contribuindo a posição de alguns planejadores econômicos, para quem o Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) deve recuar em breve de sua decisão de comprar mensalmente US\$ 85 bilhões em bônus. Pesa também o patamar recorde alcançado recentemente pelas ações americanas. A virada no ciclo do ouro está se acelerando e os investidores deverão partir para a venda, disse o Goldman Sachs.

"Poderemos ver uma grande correção no preço do ouro, que poderá até mesmo se transferir para a prata e a platina", disse Peter Sorrentino, que ajuda a gerenciar cerca de US\$ 14,7 bilhões em ativos na Huntington Asset Advisors de Cincinnati. "Reduzi nossas posições há algumas semanas e me arrependo de não ter vendido mais."

O ouro deixou de ser um porto seguro para os investidores depois da queda registrada quando o euro chegou perto de um colapso no ano passado, segundo disse o investidor George Soros em uma entrevista ao jornal "South China Morning Post" publicada em 8 de abril. Soros reduziu sua participação no fundo de ouro SPDR em 55% no quarto trimestre de 2012, segundo mostram documentos encaminhados às autoridades reguladoras.

O Goldman Sachs cortou sua meta de três meses para o ouro de US\$ 1.615 para US\$ 1530, e reduziu a previsão para 12 meses de US\$ 1.550 para US\$ 1.390, segundo disseram em um relatório divulgado em 10 de abril os analistas Damien Courvalin e Jeffrey Currie. Eles escreveram que a inflação poderá ser o catalisador do próximo ciclo, mas que isso provavelmente demorará vários anos para ocorrer.

A queda do ouro derrubou seu índice de força relativa de 14 dias para 18,1 pontos, abaixo do nível dos 30 pontos, o que indica, para alguns analistas que estudam gráficos técnicos, que uma recuperação pode ser iminente. "Adoro o fato de o ouro finalmente estar caindo, pois isso proporcionará uma excelente oportunidade de compra", disse Marc Faber, publisher do relatório "Gloom, Boom & Doom", à Bloomberg Television, em 12 de abril. "O 'bull market' do ouro não foi completado."

Autor(a): Glenys Sim, Phoebe Sedgman e Debarati Roy

Fonte: Valor Econômico

Data: 16/04/2013



PAÍS ENTRA NA CORRIDA PELO 'MINERAL DO TABLET'

Os subsolos do Brasil guardam alguns dos recursos naturais mais cobiçados do século 21: os elementos químicos conhecidos como terras-raras. Embora o nome não soe familiar, eles são o ingrediente essencial das maravilhas da alta tecnologia.

As terras-raras fazem funcionar tablets, telefones celulares, lasers, turbinas de energia eólica, catalisadores para refino de petróleo, aparelhos de ressonância magnética, mísseis teleguiados,

carros híbridos (movidos a gasolina e eletricidade) e outras invenções sem as quais não se imagina a vida moderna.

Apesar de terem elevado valor estratégico, o Brasil não tira proveito desses elementos. Praticamente não existem empresas dedicadas à extração de terras-raras. O país também não tem noção de seu potencial. Apenas algumas jazidas estão mapeadas.

O governo corre para mudar esse quadro. Dois ministérios, o de Minas e Energia e o da Ciência e Tecnologia, tentam convencer as mineradoras a explorar as jazidas já localizadas e incentivar os institutos de pesquisa a prospectar minas ainda desconhecidas.

O Senado também se envolveu nesse processo. Acaba de criar, dentro da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), uma subcomissão dedicada às terras-raras. A missão dos senadores é propor e aprovar uma lei que garanta a chamada segurança jurídica aos investidores que decidirem apostar na pesquisa, na extração e na industrialização das terras-raras, estabelecendo quais são seus direitos e deveres.

O presidente da subcomissão é Anibal Diniz (PT-AC). O vice-presidente é Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). A relatoria cabe a Luiz Henrique (PMDB-SC).

O Brasil não está sozinho no atraso. O mundo inteiro depende da China, que reina absoluta no mercado das terras-raras. De todo o volume comercializado internacionalmente, algo em torno de 90% sai das minas chinesas.

Nem sempre foi assim. Países como os Estados Unidos, a Austrália, a África do Sul e o próprio Brasil extraíam quantidades significativas de terras-raras até algumas décadas atrás.

Submarino nuclear

No Brasil, a história remonta ao final do século 19, quando foram descobertos depósitos de areias ricas em terras-raras entre o norte do Rio de Janeiro e o sul da Bahia. Primeiro, saíam do país como lastro de navio (material pesado acomodado no porão das embarcações para dar-lhes estabilidade). Depois, passaram a ser vendidas para a Europa como matéria-prima das mantas incandescentes dos lampiões a gás. Eram as terras-raras que conferiam às mantas a valiosa capacidade de não se queimarem em contato com o fogo.

Nos anos 50, as terras-raras extraídas daquelas mesmas jazidas foram exportadas para os EUA e empregadas no USS Nautilus, o primeiro submarino de propulsão nuclear da história. Em barras, as terras-raras brasileiras controlavam a absorção de nêutrons do reator atômico do Nautilus.

O nome terra-rara é enganoso. Esses elementos não têm terra na composição nem são raros. Quando foram identificados, no século 18, os cientistas chamavam os óxidos de terras. E os consideravam raros porque eram (e ainda são) encontrados em baixas concentrações, agregados a minérios e minerais. Hoje se sabe que, ainda que “diluídos”, estão em vários pontos da crosta terrestre. Alguns são mais abundantes do que o cobre e o ouro.

No total, 17 elementos químicos fazem parte da família das terras-raras, como o európio, o túlio, o lantânio e o ítrio. Eles são vizinhos na tabela periódica. Assemelham-se em razão de suas propriedades químicas, magnéticas e de fluorescência, que os tornam insumos insubstituíveis na tecnologia de ponta. São as terras-raras que possibilitam a existência dos ímãs mais potentes que há e permitem a criação de aparelhos eletrônicos cada vez menores. Em um celular, elas se contam em gramas. Em uma turbina eólica, em centenas de quilos.

A China conseguiu antever que os usos das terras-raras se multiplicariam e entrou com força total nesse filão. Em meados dos anos 80, adotou uma estratégia agressiva de negócio, incluindo polpidos subsídios estatais à pesquisa tecnológica e à extração.

Como os chineses conseguem vender terras-raras a preços irrisórios, é muito mais conveniente e barato para qualquer país importar as terras-raras da Ásia do que extraí-las em seu próprio território. É um clássico exemplo de dumping. Fora da China, como consequência, praticamente mina nenhuma sobreviveu.

Preços em alta

Em 2010, o governo chinês deu um susto no mundo. Sem aviso, restringiu as exportações de terras-raras, impondo cotas e elevando impostos. O país argumentou que queria proteger o meio ambiente e poupar um recurso natural finito. Na realidade, a ideia era favorecer sua própria indústria de tecnologia. É mais lucrativo vender aparelhos de alta tecnologia (que contêm terras-raras processadas) do que exportar a matéria-prima bruta.

Com a procura em alta e a oferta em baixa, o preço disparou. Entre 2010 e 2011, o quilo do térbio pulou de US\$ 605 para US\$ 2.973. O do európio passou de US\$ 625 para US\$ 3.800.

Foi então que o mundo acordou para o perigo de ser refém dos humores do monopólio chinês. A situação fica ainda mais preocupante quando se leva em conta a certeza de que o consumo de terras-raras sofrerá um aumento exponencial nos próximos anos — o comércio de laptops, smartphones e tablets não para de crescer, os carros híbridos estão prestes a ganhar o mundo e os investimentos em energia eólica tendem a se intensificar, como fonte de energia limpa.

Com a crise iniciada em 2010, diversos países se mobilizaram para ressuscitar a exploração local de terras-raras. Entre outras medidas, ofereceram incentivos financeiros às mineradoras e relaxaram as exigências para a concessão das licenças ambientais. Os americanos e os australianos foram os mais ágeis.

Os EUA reativaram uma gigantesca mina na Califórnia, depois de uma década abandonada. A produção americana, nula em 2011, chegou a 7 mil toneladas em 2012. Na Austrália, entre um ano e outro, a extração pulou de 2.200 para 4 mil toneladas. Como comparação, a China chegou a 100 mil toneladas no ano passado.

Em outra frente, o governo do Japão deu estímulos para que sua indústria automobilística criasse formas de reciclar terras-raras.

A preocupação desses países vai muito além do aspecto econômico. Explica Ronaldo Santos, coordenador de Processos Metalúrgicos e Ambientais do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem):

— As terras-raras estão presentes em todos os aparatos eletrônicos de vigilância, segurança e defesa. Os países estão preocupados com sua soberania. Ficarão vulneráveis se houver desabastecimento de terras-raras.

O Brasil também sentiu os efeitos da política restritiva da China. As dificuldades para obter a matéria-prima chegaram a ameaçar a fabricação nacional de catalisadores para refino de petróleo — o petróleo é um dos grandes motores da economia brasileira. Foi então que o governo se mobilizou. Ao elaborar o Plano Nacional de Mineração 2030, o Ministério de Minas e Energia incluiu as terras-raras entre as prioridades do país para as próximas duas décadas. O Serviço Geológico do Brasil, que é ligado ao ministério, recebeu a ordem de localizar novas jazidas.

Em outra frente, o Ministério da Ciência e Tecnologia busca estimular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico em terras-raras. Promete destinar nos próximos anos R\$ 11 milhões a institutos de pesquisa públicos e privados. Um dos desafios é criar tecnologias que permitam separar as terras-raras de minérios e minerais. As técnicas que se conhecem hoje são complexas, caras e extremamente poluentes.

Como parte da estratégia do governo, discute-se a possibilidade de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criar linhas especiais de financiamento para as empresas que se dedicarem à prospecção, à extração e ao processamento das terras-raras.

Recomeçar do zero

Em meados do século passado, quando as terras-raras ainda não tinham tantas aplicações, o Brasil era líder mundial no setor. No início dos anos 60, as minas foram estatizadas. A Orquima, a empresa que forneceu as terras-raras que alimentaram o submarino Nautilus, também passou para as mãos do governo. Assim começava o lento desmonte da cadeia produtiva.

— O Brasil perdeu todo o investimento que havia feito em tecnologia e recursos humanos. Recomeçar do zero agora não será fácil. Temos um grande desafio — diz o químico da Universidade de São Paulo (USP) Osvaldo Antonio Serra, que foi estagiário na Orquima antes da estatização.

Hoje, a extração de terras-raras no país é feita de forma experimental. A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) retira nióbio (metal que eleva a qualidade do aço) de minas localizadas em Araxá (MG). No ano passado, passou a fazer a separação das quatro terras-raras (cério, lantânio, neodímio e praseodímio) que estão misturadas ao nióbio dessas minas.

Dado o alto potencial geológico de Araxá, a multinacional MbAC Fertilizantes anunciou que construirá na cidade uma fábrica de processamento de terras-raras. A empresa que o governo mais deseja ver nesse mercado é a Vale, a maior mineradora do país.

As mineradoras se dizem interessadas, mas cobram uma atuação mais decisiva do governo. Para o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), que representa o setor, o que há são projetos esparsos, sem comunicação entre si, de institutos de pesquisa e empresas. O IBRAM defende que o Cetem, que é ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, assuma a tarefa de coordenar as iniciativas e apontar-lhes um rumo.

— O Cetem atuaria como os grupos executivos criados por Juscelino Kubitschek para alavancar a economia do país na virada dos anos 50 para os 60. O mais famoso foi o grupo executivo da indústria automobilística, que articulou o setor e obteve resultados fantásticos — explica Marcelo Ribeiro Tunes, um dos diretores do IBRAM.

Autor(a): Ricardo Westin

Fonte: Jornal do Senado

Data: 15/04/2013

EXAME.COM

DÍVIDA DE MAIS, LUCRO DE MENOS NO GRUPO VOTORANTIM

Antes conhecido por seu conservadorismo, o Grupo Votorantim vive uma inédita combinação de dívida alta e prejuízo. À frente, um ano decisivo para virar o jogo

Em 84 anos de vida, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, um dos donos do Grupo Votorantim, nunca escondeu sua aversão a dívidas e a bancos. Desde que começou a dar as cartas no conglomerado fundado por seu avô, o português Antônio Pereira Ignácio, ele decidiu que usaria o próprio caixa da empresa para fazer investimentos. Seu conservadorismo financeiro começou por um misto de pragmatismo e superstição.

Em 1956, logo depois de fundar a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), ele teve de contrair empréstimos que equivaliam a 16 meses de faturamento. No mesmo período, sofreu um acidente ao visitar a unidade e, queimado por soda cáustica, ficou um mês de cama. A experiência ajudou a sedimentar em sua cabeça a obsessão por conduzir o Grupo Votorantim da forma mais conservadora possível.

Quando ele deixou a presidência do conselho de administração e entregou o comando do conglomerado aos filhos e sobrinhos, em 2001, a dívida não chegava a uma vez a geração de caixa total do grupo.

O contraste com a situação atual impressiona. Hoje, a dívida da Votorantim Industrial soma 18,4 bilhões de reais e equivale a 3,6



vezes sua geração de caixa. Está perigosamente perto do limite estabelecido pelas agências de classificação de risco — de quatro vezes.

O grupo, que atualmente tem negócios tão diversos quanto uma cimenteira, uma fabricante de papel, um banco e uma processadora de suco de laranja, ainda é um fenômeno em termos de geração de caixa: foram mais de 5 bilhões de reais em 2012. Mas seu faturamento está no mesmo patamar de cinco anos atrás. E o lucro minguou.

Segundo os cálculos de três analistas ouvidos por EXAME, o Grupo Votorantim deve anunciar em maio que teve um prejuízo de 900 milhões de reais em 2012 (somando negócios industriais e financeiros).

Será o primeiro prejuízo desde que o conglomerado começou a divulgar seus resultados, em 2006, e, de acordo com os mesmos analistas, provavelmente o primeiro ano no vermelho na história da holding Votorantim. Como os últimos 12 anos mudaram tanto a situação de um conglomerado quase centenário? E por que a receita do grupo está estacionada enquanto a dívida só faz crescer?

A chegada da terceira geração ao comando da Votorantim trouxe um estilo de gestão mais afeito ao risco. Carlos, filho de Antônio Ermírio que ficou dez anos à frente da holding e morreu em 2010, e José Roberto, atual presidente do conselho, encabeçaram a mudança. Para essa geração, a gestão conservadora de seus pais e tios não faziam sentido no século 21.

A alavancagem era necessária para o crescimento dos negócios — e para impulsionar o plano de internacionalização que o grupo levou a campo nos últimos anos. Antônio Ermírio de Moraes preferia concentrar seus investimentos no Brasil. Mas só nos últimos dois anos o grupo fez quatro aquisições no exterior, como a mineradora peruana Atacocha e fábricas da cimenteira portuguesa Cimpor.

Um endividamento maior estava, portanto, nos planos — mas os percalços da economia internacional estão tornando a situação um tanto mais desconfortável que o previsto. Mais de 70% do faturamento do grupo está ligado a commodities cujos preços e demanda caíram nos últimos anos. A cotação média do alumínio caiu 16% em 2012. A do níquel, 24%. E a do zinco, 12%.

A menor demanda fez a produção de aço longo (área em que a Votorantim atua) diminuir 11% no ano passado, segundo o Instituto Aço Brasil.

Até o mercado de suco de laranja está em baixa — no ano passado, a cotação caiu 42%, movimento parcialmente revertido neste ano. O estoque de suco brasileiro triplicou no período e a demanda só cai (os Estados Unidos reduziram em 25% o consumo em sete anos). Os efeitos da crise de 2008, ano em que o grupo escapou do prejuízo por muito pouco, ainda se fazem presentes.

Naquela época, a VCP, empresa de celulose do grupo, anunciou perdas de 2 bilhões de reais com operações de derivativos financeiros. Nos últimos dois anos, a Fibria (que nasceu com a fusão da VCP com a Aracruz, em 2009) renegociou com credores duas vezes.

O prejuízo da empresa em 2012 foi de 698 milhões de reais. A recente desvalorização do real também atrapalha. Mais de metade das dívidas do grupo industrial está atrelada ao dólar e encareceu com a alta de 9% da moeda americana no ano passado.

Em anos anteriores, sempre que as indústrias do grupo passaram por apertos, o banco Votorantim compensou as perdas. Mas, em 2012, o banco não só não ajudou como jogou contra. Sozinho, teve prejuízo de 2 bilhões de reais. O principal motivo foi o aumento da inadimplência em financiamentos de veículos concedidos entre 2010 e 2011.

A instituição aproveitou o boom do mercado nos últimos anos para ser mais agressiva na concessão de empréstimos. A inadimplência disparou. Os custos também eram excessivos — a bonificação de executivos foi caracterizada a EXAME como “exorbitante” por um alto executivo do Banco do Brasil, que comprou metade do capital em 2009.



No fim de 2011, o BB assumiu o comando do banco e iniciou uma série de mudanças, que incluem redução de custos, novos modelos de análise de risco e troca de profissionais.

Ano decisivo

Empresas de commodities estão habituadas ao vaivém dos preços. É do jogo. No caso da Votorantim, assim como as cotações caíram nos últimos anos, será natural que voltem a subir daqui em diante, o que melhorará os resultados. Mas o tamanho da dívida do grupo faz com que seus executivos não possam se dar ao luxo de esperar por esse momento. É isso que faz de 2013 um ano crucial.

De acordo com os cálculos da agência de classificação de risco Standard & Poors, caso a margem operacional fique abaixo de 20% (está em 20,6%), o índice de endividamento pode chegar a quatro vezes a geração de caixa até o fim do ano — o que ocasionaria, ainda segundo a agência, um rebaixamento da nota de risco da Votorantim Industrial. A consequência seria crédito mais caro e desconfiança de investidores. A empresa reconhece as dificuldades.

“Nossa melhor estimativa é que voltemos aos níveis de endividamento do grupo de 2011, mas, com toda a volatilidade de metais e a variação do real, ainda é cedo para dizer”, afirmou, em teleconferência com analistas no dia 8 de março, João Miranda, diretor financeiro da Votorantim Industrial, companhia presidida pelo executivo Raul Calfat. A montanha de dinheiro guardada no caixa do grupo tem sido suficiente para segurar parte da ansiedade dos investidores.

“A dívida é alta, mas o grupo tem 7 bilhões de reais em caixa. Num cenário quase impossível, se todos os bancos pararem de emprestar, eles conseguirão arcar com as dívidas que vencem nos próximos quatro anos”, diz Ivan Bernardes, analista de renda fixa do banco Barclays.

Para não perder essa tranquilidade, o grupo montou um plano de recuperação que envolve os cinco negócios com resultados decepcionantes. No ano passado, a Fibria vendeu fábricas e florestas avaliadas em 615 milhões de reais. A Votorantim Metais passa por um choque de gestão com a chegada de Tito Martins. O executivo, que ficou na Vale por 27 anos, assumiu a companhia em outubro.

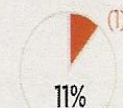
No ano passado, a empresa trocou diretores e gerentes e reduziu cargos, economizando 20 milhões de reais em custos fixos. O grupo também vem se desfazendo de negócios considerados estratégicos até pouco tempo. Em novembro de 2011, vendeu a fabricante de resinas Nitro Química e sua fatia na siderúrgica Usiminas.

Em paralelo, terminou, em dezembro, os testes na laminadora Sitrel, em Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, para aumentar a venda para a construção civil no Centro-Oeste. No banco, a ideia é vender um novo lote de ações para o Banco do Brasil (veja quadro na pág. 66).

Hoje, a maior esperança do grupo Votorantim é sua empresa de cimentos. O objetivo da família é colocar o grupo entre os cinco maiores produtores mundiais — atualmente é o 13o. A Votorantim Cimentos recebeu 50% dos 3 bilhões de investimentos do conglomerado no ano passado.

VOTORANTIM SIDERURGIA

Faturamento
3,3 bilhões de reais



Prejuízo
80 milhões de reais

Os desafios: menor demanda no mercado de aço e concorrência com produto importado

O plano: aumentar a produção com uma nova siderúrgica e ampliar vendas globais

BANCO VOTORANTIM⁽²⁾

Faturamento⁽⁴⁾
5,2 bilhões de reais



Prejuízo
1 bilhão de reais

Os desafios: os calotes dispararam, os acionistas tiveram de fazer aporte e o lucro virou prejuízo

O plano: vender uma nova fatia ao Banco do Brasil, que aumentaria sua participação de 49% para 75%

VOTORANTIM AGRONEGÓCIO (CITROVITA)⁽³⁾

Faturamento
1,2 bilhão de reais



Prejuízo
334 milhões de reais

Os desafios: a demanda caiu e o preço do suco de laranja, cotado no mercado internacional, também

O plano: fechar fábricas e buscar maiores ganhos de sinergia na união com a Citrosuco

“É onde estão os melhores resultados do grupo”, diz Barbara Mattos, analista da agência de classificação de risco Moody’s. A participação da unidade na geração de caixa do grupo passou da média histórica de 45% para 60% em 2012.

Para aumentar sua capacidade, o grupo construiu duas novas fábricas em 2012, que vão começar a produzir a plena capacidade neste ano. No Brasil, a demanda de cimento continua crescendo, mesmo com a desaceleração do mercado imobiliário. O preço médio subiu 4% em 2012.

Abertura de capital

Como sinal de que o grupo vive de fato um momento emblemático, a família Ermírio de Moraes iniciou um processo que, até pouco tempo atrás, era impensável: a abertura de capital da Votorantim Cimentos.

A ideia é vender na bolsa de 20% a 30% das ações e levantar cerca de 6 bilhões de reais em uma oferta coordenada pelos bancos JP Morgan, Itaú BBA e Banco do Brasil (procurados, os bancos não comentam). A oferta pode acontecer ainda neste ano.

É o tipo de passo que era rechaçado há pelo menos três anos pela família, ciosa do controle absoluto de suas empresas. Por e-mail, Luiz Carlos Dutra, diretor de relações institucionais da Votorantim Industrial, diz que a abertura de capital “não está nos planos da companhia”. A cúpula do grupo não concedeu entrevista a EXAME para esta reportagem.

Os tempos da gestão de Antônio Ermírio, em que o endividamento não superava a geração de caixa, fazem parte de um passado em que a competição era muito menor (e ter dívida era muito mais caro do que hoje em dia). Alavancagem e internacionalização se tornaram movimentos obrigatórios para prosperar no ambiente atual. Outros conglomerados familiares brasileiros, como Camargo Corrêa e Odebrecht, seguiram caminho semelhante.

No caso da Votorantim, o jogo é muito mais difícil do que já foi. Só em 2012, a M. Dias Branco anunciou uma fábrica de cimento ao lado da unidade da Votorantim Cimentos em Pecém, no Ceará.


A Eldorado, do grupo J&F, instalou em Três Lagoas — onde fica a principal unidade da Fibria — a maior fábrica de celulose do mundo. Para voltar a ter o fôlego financeiro de antes, o desafio dos Ermírio de Moraes é realizar, no cenário atual, a mesma proeza que transformou a Votorantim em um dos mais importantes grupos industriais brasileiros — sonhar alto, mas com os dois pés no chão.

Autor(a): Maria Luíza Filgueiras

Fonte: Revista EXAME

Data: 05/04/2013

VOTORANTIM METAIS E MINERAÇÃO


Faturamento
9,2 bilhões de reais (1)  30%

Prejuízo
1,9 bilhão de reais

Os desafios: os preços e a demanda caíram e as despesas da empresa aumentaram

O plano: tentar uma guinada sob o comando de Tito Martins, que assumiu a empresa no ano passado

VOTORANTIM CIMENTOS

Faturamento
9,8 bilhões de reais (1)  32%

Lucro
1,8 bilhão de reais

Os desafios: a empresa dá dinheiro, mas precisa de investimento para buscar a meta de ser a **5ª do mundo** — é a 13ª

O plano: abrir o capital da empresa, com a oferta de **20% a 30% das ações**, para levantar 6 bilhões de reais

Diário do Pará

GOVERNO PROÍBE ATIVIDADE DE GARIMPO NO TAPAJÓS

Desde ontem está proibida a atividade de garimpo às margens de todos os afluentes do rio Tapajós, no oeste do Estado. A decisão foi publicada no Diário Oficial de ontem e o prazo para desmobilizar máquinas dessa área é de 60 dias.

O titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, José Colares explica que a decisão foi tomada após uma série de encontros com representantes dos garimpeiros e com prefeitos da região. A proibição é por tempo indeterminado e atinge a atividade em municípios como Itaituba, Novo Progresso, Trairão e Jacareacanga. Hoje, há garimpos às margens dos rios Tocantinzinho, Água Branca, Crepori e Creporizão. “Esses afluentes não suportavam mais a atividade”.

Está suspensa também a atividade às margens do próprio rio Tapajós mas, nesse caso, a proibição poderá ser revogada. O governo do Pará encomendou estudo à Universidade do Oeste do Pará (Ufopa) para avaliar se há ainda condições da atividade ser retomada.

“Precisamos saber de que forma isso poderá ser feito”, explica. Não há prazo para conclusão do estudo. Enquanto isso está liberada a atividade garimpeira em terra firme, mas ela precisará ser feita com autorização da secretaria.

Para isso, o Estado deve publicar, ainda neste mês, uma instrução normativa, definindo os critérios para desenvolvimento do garimpo. Caso volte a ser liberada, a atividade no Tapajós também será alvo de instrução normativa.

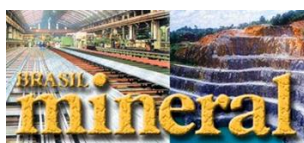
Decisão

A decisão do governo deve atingir milhares de garimpeiros na região que foi um dos principais pontos de exploração mineral nas décadas de 1970 e 1980. Nos anos 90, a atividade entrou em declínio, mas com a recente recuperação do preço do ouro no mercado internacional, a região voltou a atrair exploradores. Não há dados precisos, mas estima-se que mais de 30 mil garimpeiros estejam atuando na região.

A produção supera os 300 quilos mensais. “Há localidades com mais de três mil habitantes que sobrevivem exclusivamente da extração de ouro. Não se trata de obstruir a vocação da região para a atividade garimpeira, mas ela precisa ser desenvolvida dentro de critérios”. O governo poderá atuar dentro da Área de Proteção Ambiental, que é de responsabilidade do Estado. Nas áreas de influência federal, caberá ao IBAMA conceder a licença para a atividade.

Fonte: Diário do Pará

Data: 16/04/2013



MINÉRIO DE FERRO: MMX REVÊ PLANO DE INVESTIMENTOS

A MMX está revendo o plano de negócios para reduzir o risco de execução financeira do projeto de expansão de Serra Azul, Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. O objetivo, segundo a empresa, é preservar o caixa de R\$ 1,2 bilhão até que seja aprovada a licença ambiental da barragem de rejeitos do projeto. Orçado em R\$ 4,8 bilhões, Serra Azul já tem licença para usina de

beneficiamento de minério. A revisão deve estender o cronograma de ampliação para além de 2015. A expectativa da MMX é que a licença ambiental da barragem seja emitida até agosto deste ano, época que pode coincidir com a aprovação de financiamento de R\$ 3 bilhões pelo BNDES. O empréstimo ajudará a compor os aportes do projeto Serra Azul. A MMX trabalha com produção de 29 milhões t de minério no primeiro semestre de 2015.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 17/04/2013

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Minas é o nosso negócio

MINAS AVALIA TRÊS PROJETOS DE APORTES EM TERRAS-RARAS

Com base na estratégia de atrair investimentos da "nova economia", Minas Gerais já tem três projetos de investimentos na exploração de terras-raras próximos de sair do papel, segundo a secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Dorothea Werneck. Ela esteve presente em evento realizado na sede da Fundação João Pinheiro (FJP), ontem, em Belo Horizonte.

Dorothea Werneck não revelou nomes e nem valores, mas enfatizou a necessidade de verticalização da cadeia produtiva de terras-raras dentro do Estado, como mais um passo ao encontro da agregação de valor à produção da indústria mineira e também rumo à atração de novos empreendimentos da chamada nova economia.

Um dos projetos deve ser o da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), em Araxá, no Alto Paranaíba. A empresa já admitiu contatar potenciais consumidores para produtos de terras-raras e investiu R\$ 50 milhões no desenvolvimento da tecnologia para beneficiar óxidos de terras-raras como um subproduto do processo produtivo do nióbio.

Além disso, o governo do Estado está investindo R\$ 10 milhões para implantar a Cidade Tecnológica de Araxá. O centro de pesquisas e conhecimento do município do Alto Paranaíba será destinado ao desenvolvimento da tecnologia necessária para verticalizar a cadeia produtiva de terras-raras, fosfato e nióbio, abundantes na região.

Outro projeto para a produção de terras-raras deve ser de um grupo indiano, que segundo informações recentes do presidente da Câmara de Comércio Índia-Brasil (CCIB), Leonardo Ananda, deve ser anunciado no segundo semestre, quando o protocolo de intenções com o governo de Minas deve ser assinado.

Vale

A Vale também pode explorar jazidas de terras-raras em Minas Gerais. A companhia, conforme já divulgado, chegou a realizar estudos no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba. A imprensa, há cerca de um ano, chegou a divulgar que a mineradora poderia ter como garantia para o investimento no insumo um contrato de fornecimento de longo prazo com a Petrobras, que precisa da matéria-prima para elaboração de catalisadores indispensáveis à produção de gasolina. No entanto, desde então, ambas as companhias não deram mais informações sobre o assunto.

Nos últimos anos as reservas de terras-raras em território mineiro vêm chamando a atenção de investidores internacionais e nacionais. Especulou-se, inclusive, que até mesmo o empresário mineiro Eike Batista teria interesse em investir na área, em um complexo na região do Alto Paranaíba. O interesse aumentou após a China, que detém 97% da produção global, impor restrições ao comércio do insumo.

As terras-raras compreendem um grupo de 17 elementos químicos metálicos. Entre as aplicações destes minerais está a produção de vidros e lentes especiais, catalisadores de automóveis, equipamentos eletrônicos, refino de combustíveis e fabricação de motores, entre outros.

Autor (a): Leonardo Francia

Fonte: Diário do Comércio

Data: 17/04/2013



TCU ENCONTRA FALHAS EM ÓRGÃOS VINCULADOS AO MINISTÉRIO

A transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em uma agência reguladora pode ajudar a pôr fim à série de limitações da autarquia que atualmente comprometem o desempenho do setor mineral. Ao analisar o funcionamento do DNPM, o Tribunal de Contas da União detectou problemas graves no órgão público, como demora na análise dos processos de mineração, falta de fiscalização de empreendimentos e não pagamento de direitos minerários. Foi dado um prazo de 30 dias ao DNPM para que o órgão adote correções para os problemas.

O TCU também achou irregularidades na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). A instituição vinculada ao Ministério de Minas e Energia é responsável por fazer estudos geológicos. A CPRM não atua no comércio ou na extração minerais, mas apenas na etapa de pesquisa. A partir daí, ela firma contratos com empresas de mineração e recebe, em contrapartida, direitos minerários pela exploração. Segundo auditoria do TCU, há casos em que a CPRM não tem recebido esse repasse.

O tribunal cita o exemplo de uma mina de cassiterita do município de Presidente Figueiredo (AM), descoberta na década de 70. As reservas estão entre as maiores do mundo. "Em entrevistas realizadas com diversos gestores de órgãos e entidades, a equipe de levantamento tomou conhecimento de que, há pelo menos dez anos, a CPRM não estaria recebendo os direitos minerários a que tem direito", informa o relatório.

O Valor encaminhou perguntas sobre o assunto à diretoria da CPRM. Não houve retorno do órgão público até o fechamento desta edição. Nesta semana, o ministro-relator do TCU, Raimundo Carreiro, determinou que a secretaria de controle externo do tribunal faça uma inspeção na CPRM para apurar a falta de pagamento dos direitos minerários.

Em operação de 1969, a CPRM possui 1.180 funcionários, dos quais cerca de 500 são geólogos, hidrogeólogos, engenheiros hidrólogos e engenheiros de minas. A intenção do governo de passar a licitar áreas de exploração mineral - como se prevê a partir do novo código de mineração - poderá ter um impacto profundo nas operações da CPRM. Para licitar a área é preciso conhecê-la profundamente. De outra forma, não há como atrair o interesse da iniciativa privada ou mesmo causar a competição entre as empresas, como o governo deseja. Para muitos especialistas do setor, o plano do governo não para em pé. Pesquisas são caras, demoram anos para ser concluídas e, em mais de 90% dos casos, não levam à exploração do mineral, efetivamente. Trata-se, basicamente, de uma atividade de risco e de capital intensivo.

Fonte: Valor Econômico

Data: 19/04/2013



III SIMPÓSIO BRASILEIRO DE METALOGENIA
OS NOVOS DEPÓSITOS MINERAIS BRASILEIROS

Venha para Gramado!

2 a 5 de junho de 2013
Hotel Serra Azul - Gramado - RS

Atenção !!!
Submissão de trabalhos até
21 de abril

Confira novidades do evento:
www.ufrgs.br/sbm

Organização e Promoção: **UFRGS**, **ADIMB**, **CPRM**, **DNPM**

Patrocínio: Ouro: **Votorantim Metais**, Prata: **YAMANAGOLD**

Secretaria Executiva:
Specialità Eventos Fone 3231 0311 metalogenia@specialitaeventos.com.br

Para maiores informações: <http://www.ufrgs.br/sbm/>



XIVSNET
SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS TECTÔNICOS
VIII International Symposium on Tectonics
CHAPADA DOS GUIMARÃES - MATO GROSSO
19 a 23 de Maio de 2013
Chapada dos Guimarães/MT

Para maiores informações: <http://www.xivsnet.com.br/>

SCN, Quadra 02, Bloco D, Torre A, salas 626/628, Centro Empresarial Liberty Mall
Cep: 70712-903, Brasília/DF, Fone/Fax: 61 3326-0759